

O segredo, a informação e a cidadania*

SOLANGE PUNTEL MOSTAFA**
EDUARDO ISMAEL MURGUIA MARANON**

Analisa o mito informacional, inserindo-o, à luz das classes sociais, na contemporaneidade. Cosmopolitismo público / privado, Ciência da Informação, Globalização, Integração / Dispersão são alguns dos temas tratados.

PALAVRAS-CHAVE: Informação
Cidadania
Cosmopolitismo

A nossa reunião aqui, na SBPC, é uma reunião cheia de segredos. Paradoxalmente, é, também, uma reunião cheia de informações. Onde podemos concluir que informação e segredo são coisas anti-téticas: uma não sobrevive sem a outra. O título desta reunião é muito significativo, pois o que se pretende discutir é o próprio conceito de informação, no sentido de que, embora traga, no seu bojo, a noção de democracia, ela é limitada pelo segredo, conceito, aliás, intrínseco à informação.

Somos, nesta reunião, um por cento de brasileiros iniciados. Trata-se de uma reunião científica. Guardamos, portanto, um segredo: guardamos o conhecimento de nossas áreas específicas, guardamos

* Trabalho apresentado na reunião da CBPC, SP, em julho de 1992.

** Professora do Mestrado em Biblioteconomia - PUCCAMP.

*** Doutorando da UNICAMP - Faculdade de Educação.

o linguajar de nossas áreas específicas e guardamos o método de nossas áreas específicas. Nós, aqui, pensamos com método, falamos com método e escrevemos metodicamente. Muitos de nós falamos, também, do próprio método. Por tudo isso, somos secretos tanto quanto são secretas a Maçonaria ou as bibliotecas medievais.

O segredo e a informação (ou publicidade) são, portanto, pólos opostos e complementares. Eles se excluem e se complementam. Não há o segredo em si nem, tampouco, a informação em si. Em si, nem o segredo nem a informação podem merecer julgamento de bom ou mau, porque, tomadas em si, essas categorias passam a existir ontologicamente ou metafisicamente e não enquanto relação.

A informação é ideológica quando desenvolve o mito de que Informação é Poder. Segundo essa ideologia, tudo é possível tendo-se informação: qualquer inimigo pode ser vencido; qualquer um de nós pode ser o vencedor. O poder aparece como algo solto e vago à espera de apropriação. À espera de qualquer um que tenha um mínimo de informação. Aliás, o vocábulo informação é asséptico e serve bem a qualquer ideologia (ROSZAK, 1988). Tudo vira informação a partir da obra de Shannon, na década de 40: os genes informam, os sinaleiros informam, os balancetes bancários informam, as bases de dados informam. Como, então, ir contra a informação? Ou como produzir a contra-informação? Nem tanto por sermos do contra, mas para vivificar o conceito no negativo, que ele, implicitamente, contém.

O segredo é, ele mesmo também, ideológico. E não é justo analisá-lo de um ponto de vista particular, do tipo segredo de Estado, segredo bancário, segredo sexual, segredo empresarial, segredo religioso, etc. É necessário alargar o conceito de segredo na compreensão das relações sociais, principalmente agora, na pós-modernidade, quando o segredo se manifesta como algo que protege a intimidade do ambiente pós-moderno. O ambiente pós-moderno quer salvar a intimidade perdida através da miniaturização das relações sociais. Tudo tende a ficar pequeno para ficar íntimo: o segredo surge, então, agora mais do que nunca, como legítimo, para proteger e criar tal intimidade: seja a intimidade empresarial da inovação tecnológica, seja a intimidade afetivo-sexual de cada um de nós. Precisamos, então, superar essa micrológica do segredo para inseri-lo no espaço público mais amplo das relações sociais, afastando-nos do segredo das relações pessoais.

O espaço público precisa ser compreendido não só fisicamente, enquanto praças, ruas, jardins, bibliotecas e museus, mas como

movimentos sociais que permitam o confronto de interesses opostos, que são as classes sociais. O centro da cidade, por exemplo, é um segredo para as classes sociais que vivem nas periferias urbanas. O caso da Prefeitura Popular de Campinas (SP) exemplifica isso. O transporte coletivo foi liberado nos fins de semana, a cada quinzena: passagens gratuitas de ônibus permitem, agora, às famílias periféricas, visitar a cidade no fim de semana. O fenômeno pareceu-nos interessantíssimo: a cidade, que, aos domingos, era das andorinhas, ficou literalmente povoada de gente. Essa gente se apropria de um espaço que lhe era negado durante a semana. A cidade guarda, então, um segredo que a poucos é revelado: praças, vitrines, jardins, museus e bosques. *Shopping Centers* são os espaços mais secretos das cidades! Todos esses espaços só ficam públicos através de uma luta incessante. A cidade é, também, secreta para a maioria das pessoas. Quem tem o poder de abrir ou fechar o cofre da cidade?

Em outras palavras: em mãos de quem está o aparelho de Estado? Como diz LYOTARD (1970, p.14): "... quem decide o que é saber e quem sabe o que convém decidir? O problema do saber (...) é mais do que nunca o problema do governo".

Saber a cidade, saber a ciência, saber a tecnologia, são todos fenômenos do mesmo tipo. O saber é poder, sempre. Por isso é que é preciso democratizar o saber, democratizando o poder. Poder é concentração de saber. A cidadania só se forja no alargamento do espaço público. Como a informação pode ajudar a criação do espaço público?

Antes de mais nada, é preciso desmitificar a informação, o culto à informação, o mito informacional como coisa dos iniciados da cidadania.

Informação, tal como é entendida pela Ciência da Informação, é coisa de cientista. É de tal magnitude o culto à informação que ela é considerada a mercadoria, por excelência, da pós-modernidade. E criou-se uma ciência para controlar isso. Como essa ciência está impregnada de positividade, a informação será tematizada como coisa, como produto, mesmo que a Ciência da Informação se tenha definido como a ciência que cuida das propriedades e fluxos informacionais, os quais perpassam a geração e o uso. A Ciência da Informação não tem interesse algum no lado da produção do conhecimento, a não ser pela questão comportamental da produção (hábitos de cientistas, motivação, padrões de comunicação, etc.). Ela interessa-se, também, pelo comportamento da informação ao nível das proprie-

dades tidas como intrínsecas às literaturas específicas, como dispersão, cumulatividade, obsolescência e crescimento exponencial. Propriedades estas que não são intrínsecas à literatura técnico-científica, mas intrínsecas à lógica da sociedade produtora de mercadorias. As propriedades informacionais obedecem à lógica do Capital.

A informação não é, pois, um tijolo a mais na construção cognitiva (há teorias demais para isso, a exemplo de BELKIN, 1978). Ao invés, a informação está implícita no saber como práxis social. A informação faz parte da formação do cidadão e, como tal, é parte de um processo de alargamento do público em nós. É de se notar que os cientistas da informação se vêem às voltas com um fenômeno conhecido por "explosão bibliográfica", isto é, superprodução de informações científicas. De um lado, explosão de informações; de outro, implosão ou subprodução de informações. Não só pela cidadania negada por ausência de informações às maiorias, mas também pelo excesso de informações com que são bombardeados os moradores da cidade, seja no nível comercial, governamental ou jornalístico, levando a um mutismo, a uma paralisia, a um embotamento cognitivo.

Não é de se estranhar que isso se passe assim, pois a explosão bibliográfica não é outra coisa senão resultado dos mecanismos de extração da mais-valia relativa. É preciso produzir conhecimento para desvalorizar a força de trabalho, único modo de aumentar o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de dispender no processo produtivo. A mais-valia é o jogo de tempos de trabalho: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho (aqui, nesta sala, dentro e fora desta sala, somos todos força de trabalho, pois a força de trabalho são as gentes que a possuem como He Man, dizemos "nós temos a força"). O tempo de trabalho incorporado na força é sempre menor do que o tempo que essa mesma força é capaz de trabalhar. O tempo de trabalho incorporado na força (alimentos, vestuário, moradia, lazer, educação) é sempre menor do que o tempo que essa força pode incorporar no produto.

O trabalhador luta para aumentar o tempo de trabalho incorporado na sua força, luta por valorizar a sua força através de qualificação (que pressupõe informação); o empresário luta ao contrário: ele quer diminuir o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho, para aumentar o tempo da fabricação de mercadorias. Não há tecnologia neutra. E a tecnologia capitalista busca

"baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de

encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá, de graça, para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia" (MARX, 1984)

Pela sua própria natureza, a tecnologia capitalista não pode servir de base para a formação intelectual dos trabalhadores. Serve, sim, de base intelectual somente para os gestores, esses altos salários da sociedade de informações.

Explosão bibliográfica significa ciência para gerar inovação tecnológica. Inovação tecnológica é aumento do tempo que a força de trabalho pode trabalhar, aumento intensivo na forma de aperfeiçoamento do instrumento de trabalho. Numa economia de mercado, em que este é sempre entendido como um jogo cego de forças competitivas, o segredo é a única arma da competitividade. O segredo dura enquanto prevalece a força da inovação. À medida que a inovação se socializa (o que é inevitável na interdependência empresarial), cessam os mecanismos de exploração do trabalho via extração de mais-valia relativa e inicia-se o novo ciclo da mais-valia absoluta.

A explosão de informações científicas tem que ser compreendida, também, de outra forma: uma das características da pós-modernidade é que ela se caracteriza pela intertextualidade do discurso científico. Como tudo ficou pequeno, o texto também encurta. Morre o livro e aparece o artigo de ciência. O *paper*. A literatura científica se volatiliza, se dispersa. Dispersa-se em dois sentidos; a fragmentação do saber obedece a duas determinações: 1) a ciência se vulgariza em centenas de ciências (tudo é passível de tratamento científico, até a religião: igreja cristã científica, florais do Dr. Bach, espiritismo kardecista, etc.); e 2) cada ciência se constitui um *corpus* literário imenso, em que cada *paper* é um universo fechado dentro da fragmentação da ciência. Cada *paper* é um fragmento de ciência. Contraditoriamente, a ciência se expande e, ao mesmo tempo, se contrai, pois a intertextualidade (a coisa de muitos textos dentro de um só), necessariamente, leva à perda de um "centro normativo e significativo" (CHAUÍ, apud NOVAES, p. 347). Fazer ciência na época em que vivemos é fazer fragmentos de significação. Como, em geral, trabalham com a lógica de identidade, as ciências não podem explicar a si mesmas, apesar da explosão de informação que elas geram. O discurso científico é fragmentado e contraditório. Sobretudo desprovido de um sentido unificado. Onde, a remediação também proposta pelas ciências, quer na forma de análise de conteúdo (é preciso a qualquer custo dar sentido à dispersão e à fragmentação), quer na proposta de unificação

metodológica (um mesmo método para garantir resultados confiáveis). Ambas as soluções também parciais e excludentes.

A compreensão de qualquer prática social (seja científica, seja religiosa) só pode se dar na História. A filosofia, dizia Hegel, é a história da filosofia. A ciência, dizemos nós, é a história da ciência. A Ciência da Informação é, talvez, a mais tipicamente pós-moderna das ciências. O conceito de informação começa a ser valorizado a partir da obra de Shannon, na década de 40, que, como sabemos, formula matematicamente a mensagem, destituindo-a de significado. Na altura de 1970, a Ciência da Informação ganha foros demarcatórios. Já na década de 40, anunciavam-se as mudanças que, posteriormente, constituiriam o pós-moderno. O conhecimento começava a se dividir vertiginosamente. Essa divisão deu origem ao que, hoje, chamamos **dados**, que, por si só, indicam isolamento. Redutíveis, portanto, à lógica binária. Essa divisão, essa desconexão, essa dispersão centrífuga do conhecimento exigiu a criação de um instrumento teórico metodológico que desse conta dessa dispersão: a Ciência da Informação. A construção do conhecimento, antes respaldada em elaborações teóricas coletivas, começa a se fazer a partir de dados: as condições para isso já estavam dadas. A divisão fragmentada do trabalho (seja manual, seja intelectual) gera a fragmentação do conhecimento. A informação e a Ciência da Informação estão, pois, determinadas pela forma de organização do trabalho na produção social da vida.

É por isso que a dispersão verificada na literatura científica e tecnológica não é restrita à ICT nem é fenômeno exclusivo da Ciência da Informação. Dispersão é a palavra de ordem da pós-modernidade. Estão dispersas as relações sociais. Dispersam-se em relações pessoais ou grupais, em que grupos particularizados — de negros, mulheres, índios, ecologistas, feministas, homossexuais, estudantes — vão compoendo as forças sociais. Essas forças se recriam em tantos estigmas quantos necessários. Por exemplo, o grupo de “estudantes homossexuais negros”. A cidadania vai sendo forjada pelo lado do mercado e, enquanto tal, será sempre uma cidadania fragmentada, parcial e contraditória. Nem tanto pela banalidade de que não há consumo sem produção, mas mais pela forma como o espaço público é entendido nessas décadas pós-modernas: o espaço público fica reduzido “à condição de *marketing*, *merchandising* e mídiaização e (...) espaço privado [fica reduzido] à condição de privacidade intimista” (CHAUI, *idem*, p. 386). De íntima. O público e o privado também se

dispersam e os limites entre público e privado ficam cada vez mais tênues. Com isso, perde-se a dimensão da produção do mundo e entra-se no mundo da circulação, do tráfico de influências. Influências de imagens que concorrem no mercado. O vídeo-clipe talvez seja o exemplo mais claro da dispersão pós-moderna: não há foco. Não há centro. As imagens se esmigalham e o todo é colagem. Até as dissertações de Mestrado obedecem a essa mesma lógica dispersiva: centenas de autores compõem as imagens do discurso científico, provocando, no leitor, a mesma tontura que o vídeo-clipe provoca no telespectador.

A informação, como qualquer outra imagem, vira mercadoria. O interessante é que os pós-industrialistas, ao elegerem a informação como a mais valiosa de todas as mercadorias, negam a própria mercadoria enquanto valor. Pois negam o trabalho como categoria principal do valor e, assim, negam, também, a exploração do trabalho, com o que negam o mecanismo básico das sociedades ocidentais mundializadas na extração de mais-valia. A reprodução ampliada do Capital exige a invasão de todos os espaços da terra, como analisava MARX (1977), em 1848, n' **O Manifesto**:

"A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais (...) a necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte (...) através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países."

O cosmopolitismo de que nos fala MARX chega, hoje, à sua expressão máxima: qualquer grande centro hoje, é de fato o centro do mundo; centro que se faz de mil gentes, culturas, línguas, religiões, etnias, ideologias. Não há mais idéia de nação nem de Estado-Nação. Aliás, o cosmopolitismo cultural, étnico, religioso, artístico é a expressão do cosmopolitismo econômico; o Estado-Nação, hoje, está disperso em órgãos internacionais, do tipo FMI, BIRD, GATT, verdadeiros guardiões cosmopolitas da mercadoria (IANNI, 1992). Integração mundial, globalização e, contraditoriamente, fragmentação. Pois as contradições do capitalismo industrial são, hoje, recriadas e recolocadas

(desenvolvidas) na forma de estigmas econômico-culturais do cosmopolitismo hodierno. O capitalismo global globaliza, também, as contradições sociais, generalizando-as.

O culto à informação leva à idealização do mundo, como se o mundo fosse imaterial: só a informação bastaria. É exatamente aqui que a informação se converte em ideologia. Pois informação é apenas parte do processo do trabalho. Pouco importa dizer que é a parte intelectual ou intelectual do trabalho. Claro que é. Mas nem por isso deixa de ser trabalho. E, se é trabalho regido pela lógica mundializante do Capital, ela também é trabalho explorado e explorador. Pode ser intelectual o quanto for. A informação, vista como aquela coisa iluminada e iluminadora de que falam a Ciência da Informação e os meios de comunicação, tida como luz, a informação encobre as contradições da reprodução ampliada do Capital.

A pós-modernidade enfatiza apenas o lado do consumo da produção social, entendendo a produção como implícita, sem necessidade de maiores considerações: o produto acabado e disponível no mercado. Isso leva, dentro da ótica neoliberal, à ênfase no consumo. Até mesmo dentro das políticas governamentais, acredita-se que, reativando-se o consumo, se reativa a economia. O consumo tem que se tornar imediato, donde o rapidíssimo descarte e obsolescência dos produtos. Inclusive do produto-informação, que, reduzido a dados, possibilita um rápido consumo do conhecimento. A informação precisa, para isso, tornar-se factual (dados); portanto, a informação é, também, produzida de forma veloz, rápida, e pontualmente. A informação é, assim, necessariamente fragmentada. Tal fragmentação gera uma cidadania também fragmentada, que é a negação da própria cidadania. Temas como **transferência da informação, fluxo da informação**, são temas que claramente enfatizam o tráfico, a circulação, o uso e consumo. A Ciência da Informação segue, assim, *pari passu*, a dinâmica neoliberal e pós-moderna de privilegiar a esfera da circulação em detrimento da produção.

Pela mesma dispersão e fragmentação, portanto alienação das relações sociais atuais (pós-modernas), a cidadania tem sido entendida como exercício da vontade de cada um dos indivíduos da comunidade. Vontade individual que, outra vez, é a negação da cidadania. A pós-modernidade enaltece justamente o indivíduo e o individual, na sua intimidade e privacidade. Assim, o privado é tido como íntimo (intimidade do lar, do clube, da biblioteca, do cinema) e o público se privatiza via mercado, onde tudo se compra e se vende.

A aldeia global anunciada por MacLuhan, há apenas quatro décadas, é, hoje, uma realidade em todos os planos: econômico, cultural, religioso, artístico, lingüístico ou técnico-científico. Na aldeia global, não há mais separação entre público e privado, os quais se dispersam e se volatizam. A intimidade do lar pode, num passe de mágica, tornar-se pública através da mídia. A propaganda recente da Benetton que escandalizou o mundo é um exemplo da banalização do privado até suas últimas conseqüências: a morte. Pois o público e o privado dependem, na pós-modernidade, das leis de oferta e procura. E mais: "só o visível merece informação. O que não é visível e não tem imagem não é televisável, portanto não existe" (IANNI, 1992, p.115).

Ora, a cidadania plena reconhece, sim, o espaço privado como diferente do espaço público. O exercício da cidadania no espaço público é um direito que passa pela democratização das instituições (escola para todos, congresso representativo, etc.) Gramsci já dizia que todos nós somos filósofos. No entanto, é só na democratização do conhecimento, entendido como saber em todos os aspectos da vida social, ou seja, na recomposição do saber (fragmentado e disperso no senso comum), que atingimos a plena cidadania.

Qual seria, então, a relação entre a informação e o exercício da cidadania? Nem levar o pêndulo apenas para ciência e tecnologia, nem segurá-lo nos balcões informacionais utilitários, pois a informação utilitária, numa sociedade propositalmente fragmentada, contribui para a fragmentação do social. Em outras palavras, informação utilitária (o "*information, please*") é tão fragmentada quanto a ICT.

O cidadão não se forma pela somatória de dados dispersos ou em listas. É preciso extrapolar a informação factual em todos os níveis.

Pontualizar o segredo é, também, fragmentá-lo. Para além da intimidade do segredo de Estado ou do segredo médico (o segredo toca sempre na intimidade de algo), existe um plano mais amplo para guardar o segredo, que é o plano das relações sociais de produção: ali, o segredo chama-se mais-valor, mais-valia ou sobretrabalho, fenômeno, hoje, absolutamente universal.

Secrecy, Information and Citizenship

Information myth is analysed on the light of social relations of production. Cosmopolitanism is analysed in its economic.

cultural and social aspects with emphasis on Information Science phenomena.

KEY-WORDS: Information
Citizenship
Cosmopolitanism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELKIN, N. J. Information concepts for Information Science. **Journal of Documentation**, v.34, n.1, p.55-85, 1978.
- CHAUÍ, M. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, A. (Org.) **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.345-390.
- LYOTARD, J. F. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: J. Olypio, 1990.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- MARX, K. The comunist Manifesto. In: **Karl Marx** - Selected Writings. Oxford University Press, 1977. p.224.
- _____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, v.1, t.1, 1984. p.283.
- ROSZAK, T. **O culto à informação**. São Paulo: Brasiliense, 1988.